

NOTA TÉCNICA DA CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ, (ENGLOBANDO AS ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE AMBIENTAL (ARIAS) DA ÁREA PERILAGUNAR DAS LAGOAS DE TIJUCA, JACAREPAGUÁ E CAMORIM E A VERTENTE OESTE DO MACIÇO DA TIJUCA DRENANTE À LAGOA DA TIJUCA).

AGOSTO 2025

EQUIPE GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL:

Geógrafo - Vladimir da Franca Fernandes – Gerente

Arquiteta - Marcia Cristina Moraes Giannini

Arquiteta - Iva Coppedè

Biólogo - Felipe de Noronha Andrade

Geógrafa – Caroline Rosa Miranda de Araujo

Estagiário de Geografia – Guilherme Requiell

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	OBJETIVO	5
3.	ATA DA CONSULTA PÚBLICA.....	5
4.	FOTOS	19
5.	LISTA DE PRESENÇA	26
6.	CONCLUSÃO.....	29

1. INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica se refere a Etapa de Consulta Pública para apresentação de proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá, (englobando as Áreas de Relevante Interesse Ambiental (ARIAs) da área perilagunar das Lagoas de Tijuca, Jacarepaguá e Camorim e a vertente oeste do Maciço da Tijuca drenante à Lagoa da Tijuca).

No dia 16 de agosto de 2025 foi realizada Consulta Pública, no auditório do Parque Natural Municipal de Marapendi, localizado na Av. Alfredo Baltazar da Silveira 635, Barra da Tijuca – cep 22790-710 – Rio de Janeiro, com objetivo de apresentar a proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá, (englobando as Áreas de Relevante Interesse Ambiental (ARIAs) da área perilagunar das Lagoas de Tijuca, Jacarepaguá e Camorim e a vertente oeste do Maciço da Tijuca drenante à Lagoa da Tijuca).

A convocação que se segue foi publicada no Diário Oficial do Município no dia 01 de agosto de 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E CLIMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXPEDIENTE DE 31/07/2025 CONSULTA PÚBLICA

Para apresentação de proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá, (englobando as Áreas de Relevante Interesse Ambiental - ARIAs da área perilagunar das Lagoas de Tijuca, Jacarepaguá e Camorim e a vertente oeste do Maciço da Tijuca drenante à Lagoa da Tijuca).

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima, em cumprimento ao Artigo 22º da Lei N° 9.985/2000 e Artigo 5º do Decreto 4.340/2002, convida: Órgãos Ambientais, Instituições de Ensino e Pesquisa, Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Organizações Não-Governamentais, Proprietários de Terrenos, Representantes dos Setores Empresariais, Associações de Moradores e o público em geral para participar de consulta pública para discussão da proposta de criação **de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá.**

A Consulta Pública será realizada no dia **16 de agosto de 2025** (sábado), com início às **10 horas** e término às **13 horas**, no auditório do **Parque Natural Municipal de Marapendi**, localizado na **Av. Baltazar da Silveira, 635**, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.

Informações sobre o Estudo Técnico e mapa com proposta de limites das UC **podem ser obtidos no link:**
<https://siurb.rio/portal/home/item.html?id=4ac13fdc5e244221ba257677306c54f4>

Inscrição para participação na Consulta: (a capacidade do auditório é 100 pessoas)
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdobngYNGuHSpQdjR3lquzR22rzDS_IICrnKMqEZYEM6Wxr_Q/viewform?usp=header

2. OBJETIVO

O Objetivo desta Nota Técnica é documentar a etapa de CONSULTA PÚBLICA da proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá, (englobando as Áreas de Relevante Interesse Ambiental (ARIAs) da área perilagunar das Lagoas de Tijuca, Jacarepaguá e Camorim e a vertente oeste do Maciço da Tijuca drenante à Lagoa da Tijuca), necessária para a criação de Unidades de Conservação em acordo a Lei 9.985/2000 – SNUC e com a RESOLUÇÃO SMAC Nº 7 de 15 de março de 2024.

3. ATA DA CONSULTA PÚBLICA

ATA DA CONSULTA PÚBLICA REALIZADA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ, (ENGLOBANDO AS ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE AMBIENTAL (ARIAs) DA ÁREA PERILAGUNAR DAS LAGOAS DE TIJUCA, JACAREPAGUÁ E CAMORIM E A VERTENTE OESTE DO MACIÇO DA TIJUCA DRENANTE À LAGOA DA TIJUCA).

No dia 16 de agosto de 2025, às 10:20 hs, reuniram-se em sessão para Consulta Pública, no auditório do Parque Natural Municipal de Marapendi, localizado na Av. Alfredo Baltazar da Silveira 635, Barra da Tijuca – cep 22790-710 – Rio de Janeiro, 80 representantes de diversos seguimentos da sociedade civil e de órgãos públicos municipais, associação de moradores, empresários, pesquisadores, estudantes e movimentos sociais. Dentre os representantes de órgãos públicos registram-se as presenças da Secretária de Meio Ambiente e Clima, Tainá de Paula Kapaz; da Subsecretária de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e respondendo como Subsecretária de Biodiversidade Lívia Galdino; da Subsecretária de Gestão, Eliana Cacique; do Secretário Executivo do Mosaico Carioca; do representante da vereadora Maíra do MST - PSOL, Jayme Tavares e do representante do Vereador Diego Faro - PL, Roberto Rocha.

A abertura da Consulta Pública foi feita às 10:20 hs, pela gestora do Parque Natural de Marapendi, da APA de Marapendi e presidente do Conselho do Mosaico Marapendi, Renata Rocha, que convidou para compor a mesa: a Secretária de Meio Ambiente e Clima, Tainá de Paula; o Gerente da Gerência de Planejamento e Proteção Ambiental da SMAC, Vladimir Fernandes; o representante do Movimento “Despoluição do Canal das Taxas”, Antônio Carlos de Mello; o representante do Movimento “Floresta em Pé – Jacarepaguá”, Sidney de Almeida Teixeira Júnior e passou a palavra aos membros da mesa. Vladimir explicou o objetivo da consulta e agradeceu a presença de todos. Antônio Mello se apresentou como criador do Movimento pela despoluição do Canal das Taxas, explicando sobre a Lagoinha, agradecendo à Secretária pela iniciativa e destacando a importância da criação de novas Unidades de Conservação. Sidney ressaltou a importância do momento enquanto participação democrática da sociedade civil, agradecendo à Secretária, à Subsecretária e aos técnicos, entendendo que todos absorveram a luta da Sociedade Civil e das Associações de Moradores no sentido de proteger um dos últimos remanescentes de Floresta de Mata Atlântica ainda sem proteção legal, desejando que o evento fique marcado na história da proteção ambiental da cidade. A Secretária Tainá de Paula se declarou muito feliz com o momento e com o fortalecimento da aproximação com a Sociedade Civil, citando outros movimentos em que esteve envolvida e que tiveram bons resultados,

agradeceu e destacou a participação do Movimento da Floresta em Pé, presente desde o início. Tainá esclareceu que a Consulta é um momento de debate e construção, de diálogo e escuta da sociedade civil, convidando para a continuação da participação da sociedade nos conselhos das unidades, como espaço de encontro necessário para a preservação ambiental da cidade. A mesa foi desfeita para início da apresentação da proposta.

Vladimir abriu a Consulta Pública explicando que a proposta do Corredor Azul se iniciou no primeiro mandato da Secretária Tainá, que aprovou e indicou que se avançasse no Estudo Técnico para criação das UCs. Vladimir iniciou apresentando a organização da apresentação, com tempo para a proposta e tempo de 60 minutos para perguntas no final. O objetivo da Consulta foi a apresentação da proposta técnica, resultado do Grupo de Trabalho, elaborado com cuidado e técnica e ouvindo a opinião da sociedade na Consulta Técnica para a criação das Unidades de Conservação. Vladimir apresentou a Gerência de Planejamento e Proteção Ambiental, formada por equipe multidisciplinar de servidores públicos experientes e comprometidos com a proteção ambiental e que está envolvida com outras políticas públicas como: a revisão do Plano de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica - PMMA; o Programa de Gestão da Biodiversidade Carioca - PROBIO; O Sistema Municipal de Áreas Protegidas, introduzido no Plano Diretor por Tainá, na época vereadora; o mapeamento da Cobertura Vegetal, que passará a utilizar tecnologia laser e a criação de áreas protegidas, trabalhos que embasam a atuação da Gerência nos Estudos para criação de Unidades de Conservação. Vladimir apresentou a origem do mapeamento das áreas prioritárias para proteção ambiental, identificadas em 2017, a partir da sobreposição de diversas camadas de conhecimento e configurando as ARIAs - Áreas de Relevante Interesse Ambiental. Vladimir apresentou o mapa das áreas protegidas no município, que cobrem 39,5% do território do município, sendo que as ARIAs configuram trechos ainda sem proteção, porém importantíssimas para a conectividade dos fragmentos. O CONSEMAC indicou em 2020 que esse instrumento fosse incorporado no Plano Diretor. Em 2021, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática considerou como meta a criação de UCs em 100% dessas áreas indicadas como prioritárias, até o ano de 2030 e finalmente em 2024, este Instrumento de Gestão Ambiental foi incluído no Plano Diretor. (Slides 10 a 13)

A seguir Vladimir explicou que a legislação prevê um processo com várias etapas para a criação de Unidades de Conservação e que a Consulta Pública (para a participação da sociedade civil no processo) é a sétima etapa, que ainda conta com outras até a assinatura do Decreto pelo Prefeito. (Slide 14)

Vladimir apresentou uma linha do tempo, que se iniciou em 2017, com a inclusão dessas áreas da Baixada de Jacarepaguá nas ARIAs; prosseguiu com a abertura de processo pela AMAF solicitando a proteção da área da Bacia do Rio Quitite em maio de 2022 (processo acessível para acompanhamento pela sociedade civil); continuou com o comando da SMAC para o início dos Estudos Técnicos em julho de 2023. Em janeiro de 2024, houve a sugestão pela GPPA de inclusão de outras áreas para a formação de um corredor de áreas protegidas ligando o Maciço da Tijuca e o Maciço da Pedra Branca, referendada pela Secretária Tainá; foi criado um Grupo de Trabalho em abril de 2024 para elaboração do Estudo Técnico entregue em março de 2025. Em paralelo, em dezembro de 2024 foi criado o Parque Municipal Natural Perilagunar da Lagoa do Camorim e finalmente, o momento da Consulta Pública, em agosto de 2025. (Slides 17 e 18)

Vladimir explicou o que é Unidade de Conservação, como sendo um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, (onde entra o trabalho do planejamento ambiental na identificação dessas áreas); legalmente instituído pelo Poder Público (governador, prefeito e presidente); com objetivos de conservação

e limites definidos (realizado em ambiente cartográfico para a garantia de exatidão destes limites); sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção e o conceito de conservação da natureza realizadas pela secretaria e também pela sociedade civil. (Slide 19)

Vladimir apresentou a formação multidisciplinar da equipe da SMAC que elaborou o Estudo Técnico e seus pontos principais.

Vladimir passou a palavra ao biólogo Felipe Noronha que iniciou a apresentação do Meio Abiótico, iniciando por falar sobre a formação de ilhas de calor e mostrando o mapa elaborado a partir de estudo do IPP em colaboração com a NASA que destaca a variação da distribuição das médias de temperatura no verão entre 2013 e 2016, com grande amplitude térmica entre as áreas verdes e as áreas densamente ocupadas. Mostrou que as grandes florestas protegidas por Unidades de Conservação apresentam relevante amenização das temperaturas. (Slide 23)

Felipe apresentou também os grandes eventos pluviométricos ocorridos na área do Maciço da Tijuca em 1996, listados entre os 50 piores acidentes geológico-geotécnicos pela Fundação GEO-Rio, demonstrando a necessidade de que a cidade se prepare para a mudança do clima. Passando a falar sobre os recursos hídricos, Felipe apresentou a grande quantidade de rios que drenam as águas da floresta para o Sistema Lagunar de Jacarepaguá, destacando a presença de 55 nascentes, e de diversas cachoeiras na vertente oeste do Maciço da Tijuca, que compõe uma das ARIAs (Áreas Prioritárias para a Criação de Unidades de Conservação). (Slides 24 e 25)

Felipe Noronha deu prosseguimento à apresentação destacando características geológicas e geomorfológicas da área de estudo, que abrange desde as rochas cristalinas do maciço da Tijuca até os depósitos sedimentares das áreas de baixada adjacentes ao complexo lagunar. Felipe destacou também, que assim como no Parque Nacional da Tijuca, existem na vertente oeste, pontos de interesse geológico e turístico, cavernas, abrigos rochosos, cachoeiras, marcos e mirantes (como a Pedra do Urubu e cavernas no Vale do Rio Papagaio) que deverão ser mapeados no plano de manejo da nova UC. (Slides 26 e 27)

Felipe pontuou as características pedológicas da área de estudo, alertando para a alta suscetibilidade de movimentos de massa dos solos que compõem a vertente oeste do Maciço da Tijuca, e também para a alta suscetibilidade de inundação dos solos da área de baixada. Felipe destaca que o Plano Diretor (270/2024) menciona essas áreas frágeis de baixada e de encosta e impõe restrições à ocupação, incluindo-as como áreas prioritárias à projetos de conservação. (Slide 28)

Prosseguindo com a apresentação, Felipe Noronha passou a falar sobre o Meio Biótico e a apresentar as potencialidades relacionadas à fauna e flora para a criação das Unidades de Conservação do Corredor Azul. Felipe destacou os remanescentes florestais que existem em bom estado de conservação, a beleza cênica e potencial turístico; destacou também a presença de espécies ameaçadas ou endêmicas (como demonstrou no mapa de ocorrência de Rivulídeos, espécie de peixe de água doce que ocorre nas margens da Lagoa de Jacarepaguá). Sobre as áreas de floresta da cidade, Felipe destacou que existem 767 espécies arbóreas sendo 242 espécies endêmicas do Estado do Rio de Janeiro, segundo o Inventário Florestal do Município do Rio de Janeiro, elaborado em 2015. Sobre as áreas úmidas, destacou o registro de 287 espécies de vertebrados entre as ocorrências confirmadas, sendo espécies típicas de brejo e mangue e muitas ameaçadas de extinção. (Slides 29 e 30 / 33 a 35)

Felipe apresentou o mapa de cobertura vegetal das ARIAs do Corredor Azul, do ano de 2018, e destacou a diversidade dos ecossistemas presentes. Destacou também que somando os estágios

inicial, médio e avançado de Floresta Ombrófila Densa, a proposta atual do Corredor Azul protegerá mais de mil hectares de floresta, além da proteção de todo o espelho d'água, dos rios que descem da vertente oeste do Maciço da Tijuca e de manguezais. (Slide 31)

Felipe Noronha passou a palavra para a arquiteta Iva Coppedè, que apresentou um histórico de ocupação da área de estudo. Iva iniciou sua apresentação falando dos primeiros habitantes dessa área, os quais incluíam comunidades indígenas e de pescadores coletores, também chamados de sambaquieiros, pois tinham como uma das formas de ocupação a construção de sambaquis e destacou a presença desses sambaquis, identificados pelo IPHAN, na área de estudo, alertando para a necessidade de preservar os que ainda existem. Destacou também os bens tombados existentes na Baixada de Jacarepaguá. Iva explicou que após a colonização, a ocupação se deu a partir da formação dos engenhos, a maioria localizados nos sopés dos Maciços da Pedra Branca e da Tijuca devido às áreas mais centrais de baixada serem alagadas. A partir do séc. XVIII e XIX, começou a surgir mais infraestrutura na região o que contribuiu para o adensamento populacional. Iva explicou que já a partir do séc. XX se iniciaram as primeiras tentativas de regramentos deste espaço, através da elaboração de planos urbanísticos. Iva destacou que nesse período ocorreu a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1930), uma demonstração do interesse pela proteção da região. Já a partir da década de 1960, se intensificou o processo de favelização, impulsionado pelo processo de ocupação da área. (Slide 36, 37 e 38)

Prosseguindo com a apresentação, Iva falou sobre a evolução urbana, destacando-a do ponto de vista do sistema viário. Demonstrou que os planos urbanísticos, em sua maioria, previam a ligação de leste a oeste e norte a sul através de vias arteriais. Destacou também que todos esses planos, dentre eles o Plano de Diretrizes para vias arteriais da Planície de Jacarepaguá e o Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá de Lúcio Costa, tinham em comum a preocupação de preservar a área do entorno das Lagoas de Jacarepaguá e da Tijuca, destinando-a como área de Parque, entendendo o valor paisagístico da região. (Slide 39)

Por fim, Iva apresentou um mapa de 1922 da Carta do Distrito Federal do Serviço Geographico Militar, que demonstrou que a área classificada como água era maior do que a que existe hoje, havia também área de mata marítima, área de areal e restinga. Iva também pontuou que a dificuldade de acesso e comunicação que havia na região facilitou a informalidade de negociação territorial e deficiência de instruções jurídicas de patrimônio. (Slide 40)

Iva passou a palavra para a arquiteta Márcia Giannini que falou do outro aspecto importante que incide sobre a área de estudo, que é o aspecto da legislação. Márcia pontuou os principais instrumentos jurídicos que embasam a proteção da área e reforçam a criação de Unidades de Conservação da Natureza, são eles: Constituição Federal de 1988, Lei 9.985/2000 - SNUC, Lei 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica, Lei 12.651/2012 – Lei de Proteção da Vegetação Nativa, Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989, Lei Orgânica do Município de 1990, Lei Complementar 270/2024 – Plano Diretor. Em geral, a legislação aponta para o dever e poder das três esferas de governo em relação à criação de espaços especialmente protegidos (Unidades de Conservação) e proteção das Áreas de Preservação Permanente. O Plano Diretor do município, além disso, definiu áreas frágeis de encosta e áreas frágeis de baixada como áreas, as quais restringe à ocupação; estabeleceu um macrozoneamento que definiu áreas a serem protegidas e virarem Unidades de Conservação e Zonas destinadas a preservação ambiental, independente de sua definição como UC, além de parâmetros de ocupação para cada zona. No caso da Baixada de Jacarepaguá, manteve algumas zonas oriundas do Plano Piloto de Lucio Costa. (Slide 41 a 44)

Márcia passou a palavra para o geógrafo Vladimir Fernandes que iniciou a sua fala sobre a proposta de criação de Unidades de Conservação do Corredor Azul. Vladimir destacou que a

proposta foi embasada por grandes discussões técnicas internas e que a proposta apresentada foi o melhor arranjo que a equipe encontrou atendendo aos objetivos mencionados no início da apresentação: proteger a área do ponto de vista ambiental criando uma conexão de áreas protegidas até as Unidades de Conservação do Mosaico das Vargens, já criadas anteriormente.

Márcia Giannini leu a justificativa da proposta, a qual apela para a proteção dessas áreas visto que é preciso enfrentar os impactos da mudança do clima, principalmente em uma cidade metropolitana, as quais têm se tornado mais quentes, impermeáveis e hostis para moradores e visitantes. E se tratando da cidade do Rio de Janeiro, que também tem como principal cartão de visita suas belezas naturais, a proteção dos seus recursos naturais passa a ser também um bom negócio sob diversos aspectos. Sendo assim, a proposta para proteção dessas áreas através do uso de Unidade de Conservação da Natureza, conforme definido na Lei Federal 9.985/2000, tem objetivo geral de regular os processos de ocupação urbana, fomentando um modelo de urbanização ambientalmente adequado com proteção às áreas brejosas, que melhore a segurança com relação a acidentes geológico-geotécnicos e permita a conexão dos ecossistemas de baixada com os de encosta, através de um corredor de áreas protegidas, garantido o fluxo genético entre as populações de fauna e flora. (Slide 47)

Vladimir deu prosseguimento à apresentação destacando alguns dos principais serviços ecossistêmicos presentes na área de estudo, entre os quais: proteção contra desastres naturais através da atenuação do impacto das chuvas no solo e no controle de enchentes; amenização dos efeitos da mudança do clima e das ilhas de calor a partir da regulação do clima local; conservação do Bioma Mata Atlântica através da manutenção dos seus ecossistemas associados – florestas, restingas, brejos e manguezais; fornecimento de alimento através da oferta de recursos pesqueiros; pontos notáveis com potencial para desenvolvimento de recreação e turismo; e potencial para implantação de atividades relacionadas à Educação Ambiental e à Pesquisa Científica. (Slide 48)

Posteriormente, Vladimir explicou as quatro categorias de Unidades de Conservação propostas. Começou pelo Refúgio de Vida Silvestre, que é uma UC de Proteção Integral composta por áreas privadas ou públicas, com regras de ocupação que serão estabelecidas futuramente no Plano de Manejo. Vladimir destacou que o Plano de Manejo também é elaborado de forma participativa, assim como a composição do conselho dessa unidade e reforçou a posição da Secretaria de Meio Ambiente de que a criação dessas Unidades de Conservação não seria feita com o objetivo de remover moradores que já estejam na área. Vladimir pontuou também que o foco do REVIS é proteger espécies e seus ambientes de reprodução. Vladimir alertou que o REVIS protege a vertente oeste do Maciço da Tijuca que ainda não possuía proteção, e se junta com o limite cartográfico do Parque Nacional da Tijuca. (Slide 50 e 51)

Prosseguindo, Vladimir passa a falar da proposta de Monumento Natural, uma unidade de Proteção Integral, com objetivo de proteger a Pedra da Panela e seu entorno. O MONA também pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. A Pedra da Panela já possui um tombamento estadual por sua importância ambiental e paisagística. (Slide 52 e 53)

Passando para a explanação do Parque Natural Municipal, que também é uma unidade de Proteção Integral, Vladimir destacou que embora o objetivo primário do PNM seja a proteção, ele também possui a característica de ser uma área de visitação, fazer uso público para atividades de educação ambiental etc., permitindo uma interação maior da população. Vladimir explicou que a posição do PNM entre as Lagoas e o Maciço é estratégica para o acesso à visitação. Vladimir

destacou que este PNM proposto irá ampliar o Parque Municipal Natural Perilagunar da Lagoa do Camorim, criado anteriormente pelo Decreto Rio nº 55.523 de 13 de dezembro de 2024. (Slide 54 e 55)

Vladimir prosseguiu falando da proposta de Área de Proteção Ambiental, que é uma unidade de Uso Sustentável, e destacou a importância de possuímos um sistema lagunar no território, o que torna a proteção dessas lagoas quase como obrigatória. Vladimir salientou que as lagoas da baixada de Jacarepaguá podem se beneficiar da criação de Unidade de Conservação, já que esse fato amplia possibilidades de captação de recursos. A categoria de Uso Sustentável visa compatibilizar, através do ordenamento territorial, a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, sendo constituída também de áreas públicas ou privadas. (Slide 56 e 57)

Vladimir continuou a apresentação mostrando um mapa com o recorte da área de estudo onde destaca a mancha verde de áreas protegidas já existentes no município e também onde não existe proteção, que passaria a existir agora com a proposta do Corredor Azul, decorrente de um estudo técnico detalhado, o qual teve a anuência da Secretária de Meio Ambiente e Clima, Tainá de Paula. (Slide 58 e 59)

A seguir, Vladimir passou a palavra novamente para a Márcia Giannini para explicar os critérios de inclusão de áreas nas quatro Unidades de Conservação propostas. Márcia começou apresentando o protolímite do REVIS, cujo critério principal foi ser limítrofe com o Parque Nacional da Tijuca. Outro critério para inclusão de áreas foi estarem inseridas na Zona de Amortecimento do PNT e acima da cota 100. Márcia destacou o histórico de diversos instrumentos e Planos que, ao longo dos anos, se preocuparam em proteger os morros acima da cota de 100 metros (Slide 61, 62 e 63). Outro critério de inclusão no REVIS foi as áreas estarem acima da cota 60 metros, que pelo Plano Diretor, são áreas que estão inseridas em Zonas de Conservação Ambiental. Essas zonas (ZCA) compreendem as áreas naturais, protegidas ou de interesse para a preservação ambiental, consideradas como áreas de reserva ambiental, independente de sua definição como Unidade de Conservação da Natureza. Márcia explicou que as ZEIS (Zona de Especial Interesse Social) também foram levadas em conta por se tratarem de áreas com ocupação consolidada e com parâmetros de ocupação estabelecidos pelo novo Plano Diretor (Slide 64 e 65). No slide seguinte, Márcia apresentou a cobertura vegetal existente na área do REVIS, destacando a presença de Floresta Ombrófila Densa em 75,6% da área. (Slide 66)

Dando prosseguimento à apresentação dos protolimites, Márcia destacou a área do MONA, que já possui o tombamento estadual na área da Pedra da Panela, juntamente com a proteção estabelecida pela Área de Entorno do Bem Tombado. O protolímite também levou em consideração as Áreas de Preservação Permanente dos rios do entorno (Slide 69). Em relação ao Plano Diretor, Márcia explicou que o mesmo entendeu a área do MONA como Macrozona de Proteção Integral, que é uma macrozona para áreas de significativo valor ambiental e paisagístico, com potencial para instalação de Unidades de Conservação de Proteção Integral (Slide 70). Sobre a cobertura vegetal da área do MONA, Márcia destaca que o MONA possui 86,03% de vegetação de tipologias de Mata Atlântica, dentre elas: florestas, brejo herbáceo, além de afloramento rochoso com vegetação, possuindo espécies ameaçadas de extinção (Slide 71). Márcia também destacou que o projeto de loteamento aprovado na área possui alguns lotes são destinados a turismo e lazer e há uma área já doada ao município para a criação de bosque (Slide 72).

Márcia continuou a apresentação explanando agora sobre o protolímite do PNM, cuja área possui 86,46% de vegetação de Mata Atlântica, incluindo brejo herbáceo, manguezal e floresta.

A seguir, explicou que o projeto de parcelamento e loteamento existente para essa área, possui a faixa marginal da Lagoa, que constitui sua área de preservação permanente (APP), já doada ao município e também possui outros lotes municipais já doados para usos como parque, jardim e escola. Explicou que a ilha incluída no PNM é área non aedificandi pela legislação vigente, e que existe uma área resultante dos planos viários antigos explicados pela Iva, onde a via não foi implantada (área entre a Vila do Pan e a Lagoa de Camorim), além da área resultante do desvio do Rio do Anil que foi incorporada à proposta. Explicou também que alguns trechos que já fazem parte do Parque Municipal do Camorim foram incluídos e que uma grande área indicada no projeto de loteamento como área de preservação ambiental foi também incluída na proposta (Slide 76 e 77).

Dando prosseguimento, em relação à APA, Márcia explicou que a proposta do protolimites está considerando o espelho d'água das lagoas, as Áreas de Preservação Permanente de 30 metros do entorno, além das áreas públicas, já doadas pelos diversos projetos de licenciamento ao longo do tempo, destinadas a implantação de Via Parque, que existem no entorno das lagoas. (Slides 80 e 81)

Márcia passou a palavra para o geógrafo Vladimir que apresentou o mapa do município com a estatística de que 39,5% do território municipal é protegido por Unidades de Conservação e que, se efetivando a proposta do Corredor Azul, esse número passaria para 42% do território protegido (Slide 83 e 84). A seguir, apresentou outro mapa, agora da Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá que é o recorte do estudo técnico, onde mostra que 54% da Bacia já está protegida, e se efetivada a proteção do Corredor Azul, esse número passaria para 63% (Slide 85 e 86).

Em seguida, Vladimir apresentou um gráfico elaborado a partir do mapeamento de uso do solo pelo Instituto Pereira Passos onde alerta para o fato que a urbanização da cidade está avançando e hoje temos mais áreas urbanizadas do que não urbanizadas. Diante disso, é importante discutirmos que modelo de cidade queremos para o futuro. (Slide 87)

Prosseguindo com sua apresentação, Vladimir apresentou uma animação de duas imagens de parte da área da Baixada de Jacarepaguá, uma de 1939 e outra de 2024, onde a primeira mostra a região praticamente intocada, com sua grande área de vegetação de restinga, em comparação com a urbanização consolidada. O objetivo é suscitar a reflexão sobre como estamos mudando esse território e qual é o nosso papel nessa mudança. (Slide 88 e 89)

Partindo para a etapa final da apresentação, Vladimir explica sobre os próximos passos após a consulta pública, são eles: relatoria da consulta, elaboração dos Mapas com base na cartografia oficial do município, elaboração do Memorial Cartográfico Descritivo dos polígonos das UCs, elaboração das minutas dos atos de criação de cada uma das Unidades de Conservação, elaboração do Parecer Técnico da proposta, elaboração do Parecer Jurídico e encaminhamento do processo para o Gabinete do Prefeito. (Slide 90)

Em seguida explicou que os próximos passos da implantação da proposta de proteção da área, são: elaboração dos Decretos de criação das Unidades de Conservação, nomeação dos gestores, formação do Conselho Gestor, e Plano de Manejo das Unidades de Conservação. (Slide 91)

Vladimir, então, encerra a apresentação da equipe técnica e passa a palavra para a Secretária, antes de abrir a etapa de perguntas. A Secretária Tainá de Paula agradece toda a equipe da GPPA e do GT, destaca que foi um processo de trabalho coletivo tanto de ordem interna por um desejo da própria equipe, quanto em atendimento à solicitação do Movimento Floresta em Pé. Tainá agradeceu mais uma vez a participação da sociedade civil nesse processo, e se despediu colocando-se à disposição para posteriores discussões e desdobramentos.

Passando para a etapa das perguntas, o primeiro que se manifestou foi Rhian Medeiros, biólogo, doutorando pela UFRJ. Rhian explicou que a conectividade ecológica é um dos fatores mais importantes na ecologia de paisagens para a manutenção da biodiversidade, e no seu mestrado fez uma análise para tentar elencar os 20 principais remanescentes de floresta para manter essa conectividade na cidade do Rio. Ressaltou a importância da criação das Unidades de Conservação, principalmente da APA, porque um dos remanescentes destacados em seu estudo estão os remanescentes das bordas das lagoas da Baixada de Jacarepaguá. Ao final, Rhian questionou por que a proposta sugere a categoria de Parque para a região da Lagoa do Camorim, e quais são os potenciais de uso daquela área.

Em sua resposta, Vladimir esclareceu que um dos motivos da categoria ser Parque é porque já havia o Parque Municipal Natural ali, criado por iniciativa da câmara dos vereadores, e o que a proposta faz é somente ampliar. Em relação ao uso que pode ser estabelecido para a área, Vladimir ressaltou a beleza do sistema lagunar que permite atividades com potencial turístico de visitação.

A próxima pessoa que se manifestou foi Sônia Peixoto, bióloga, pós-doutoranda na UFF. Primeiro parabenizou toda a equipe pelo trabalho de excelência que abarcou todas as variáveis da região, seguindo a legislação e atendendo aos anseios da sociedade. Sônia destacou que só o fato de criar Unidades de Conservação já protege o território, principalmente em áreas densamente urbanizadas, então isso é fundamental. Sônia elogiou o fato de a proposta levar em consideração outras categorias de UCs, além de APA e PNM que são as mais comuns, segundo ela, isso mostrou o olhar mais apurado do estudo que propõe a categoria de manejo mais adequada para cada área. Em relação ao REVIS, Sônia disse que o desafio maior é compatibilizar via Plano de Manejo a zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca que já possui normas específicas e sugeriu que isso deve ser feito em conjunto com o PNT. Sônia parabenizou também a prefeitura pela parceria com o PNT, apontando que esse fortalecimento institucional é importante para a gestão das UCs. Em seguida, Sônia anunciou o Observatório Carioca de Áreas Protegidas, composto por toda a sociedade, instituições de pesquisa, algumas universidades do Rio de Janeiro e de outros países. Por fim, alertou para a tentativa de privatização do alto do Corcovado, dizendo que hoje existe mobilização na internet para que isso não se concretize.

Prosseguindo com as manifestações dos presentes, Roberto Rocha, conselheiro do CONSEMAC, membro das Câmaras Técnicas de Direito Ambiental e de Áreas Verdes e representando o mandato do vereador Diego Faro (Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara), se manifestou e colocou o mandato à disposição dos movimentos ambientalistas. Começou sua fala elogiando o trabalho e dizendo que as Unidades de Conservação são as joias da coroa da cidade, que preservam a natureza, possuem grande beleza cênica e atraem turistas. Disse também que todos esperavam a ampliação do Parque Nacional da Tijuca pelo ICMBio, que não abarca em seus limites a vertente oeste do Maciço da Tijuca, o que não ocorreu, e agora é a SMAC que tenta fazer esse trabalho. Ao final, Roberto perguntou o motivo da área verde entre a Avenida Salvador Allende e a Lagoa de Jacarepaguá, no canto esquerdo da APA, não estar incluída na área para proteção.

Em resposta, Vladimir disse que essa área que o Roberto mencionou, já esteve incluída pelo Estudo Técnico na proposta de criação das UCs de Vargens, e que no curso do processo, foi retirada. A avaliação da equipe técnica foi de não incluir também na presente proposta. Contudo, Vladimir salientou que a partir do conselho formado, nada impede que ele faça uma proposta de ampliação dessa Unidade e encaminhe para a prefeitura analisar, e que isso seria mais um movimento, no sentido de proteger a área.

A próxima pessoa que se manifestou foi Vera Chevalier, que começou a sua fala elogiando o trabalho exposto com muitos detalhes e com riqueza de informações. Disse que gostaria de destacar dois aspectos, um deles foi a competência técnica da equipe, outro aspecto destacado foi o respeito da proposta ao ambiente natural e às leis. Por fim, disse que não há como ser contra uma Unidade de Conservação e mais uma vez parabenizou e agradeceu à equipe.

Em seguida, a palavra foi passada para a Isabelle De Loys que iniciou sua fala parabenizando a equipe da SMAC pelo excelente trabalho, disse que vem acompanhando algumas consultas públicas feitas pela SMAC, e que sabe o quanto a Secretaria está desmantelada e mesmo assim consegue elaborar um trabalho como esse e que isso significa resistência. Isabelle comentou sobre uma reunião do Conselho do PNM Nelson Mandela onde foi votado a implantação de uma sede para o Parque sem obedecer ao Plano de Manejo e explicitou o seu desejo que o mesmo não aconteça com as UCs da proposta do Corredor Azul após a criação dos seus respectivos Planos de Manejo. Isabelle comenta que em visita ao Morro do Urubu, com Sidney do Movimento Floresta em Pé, viram 6 grandes árvores suprimidas ao lado da cachoeira, demonstrando a fragilidade da área e demonstrando a urgência de proteção da área. Isabelle, em seguida, perguntou se a faixa marginal de proteção será revista junto ao INEA, porque é importante que essa área esteja bem definida, e a outra pergunta foi se houve alguma tentativa, por parte da SMAC, junto ao ICMBio para que eles incorporassem essa área do REVIS proposto ao Parque Nacional da Tijuca. Ao final, fez um pedido à SMAC para a criação de uma APA para proteger o canal das Taxas que liga a Lagoinha das Taxas à Lagoa de Marapendi.

Em resposta, Vladimir explicou que uma vez criada a unidade, a próxima etapa é a elaboração do Plano de Manejo, formação do Conselho Gestor, e que é no Plano de Manejo que vai ser discutido o zoneamento, inclusive, como se dará a visitação e como será feito o uso público dentro da área, não existe a criação de um parque temático dentro da UC, mas o que for resolvido no âmbito do Plano de Manejo. Sobre a ampliação do PNT nesta área, Vladimir informou que quando entrou na prefeitura, havia essa expectativa, porém o que foi comentado à época é que o Parque se manteria nas cotas mais altas e colocaria a vertente oeste na Zona de Amortecimento.

Continuando na ordem dos inscritos para manifestação, Juliana Fernandes, membro da Associação de Moradores da Freguesia, começou a sua fala agradecendo o empenho da SMAC, dos técnicos e da sociedade civil e parabenizou pelo estudo técnico. Disse que concorda com a categorização de REVIS, mas gostaria de sugerir que fosse criado um mosaico dentro da REVIS para que parte dela virassem PNM, porque, segundo ela, existem regiões que são altamente frequentadas, com grande fluxo de pessoas. Por isso, é necessário um ordenamento, porque é uma área que possui cachoeiras, formações cavernosas, picos e tudo isso acarreta um potencial turístico enorme, e transformando parte do REVIS em PNM, seria melhor para o ecoturismo da região. Juliana também sugeriu que alguns pontos seriam interessantes haver proteção para a passagem da fauna, como na Av. Salvador Allende, na Av. Eng. Souza Filho, na Estrada de Jacarepaguá. Por fim, Juliana perguntou por que, na área Perilagunar foi escolhida a categoria de APA.

Vladimir respondeu que a APA é uma categoria de Uso Sustentável, e que a preocupação era não ser uma categoria de Proteção Integral porque isso inviabilizaria o uso direto do recurso natural, e se escolhessem a categoria de PNM o uso da pesca na área não seria permitido, por exemplo. Por isso foi escolhida a APA, o que serve para o objetivo principal que é a proteção. Quanto à passagem de fauna, Vladimir explicou que isso vai ser discutido no âmbito do Plano de Manejo e da implementação da Unidade. Vladimir destacou ainda que uma diferença interessante entre

o REVIS e o PNM é que este último, obrigatoriamente, deve ser em área pública, então se a categoria fosse PNM, a prefeitura teria que desapropriar proprietários que hoje se encontram na área, e o objetivo não é esse.

Seguindo com as manifestações, Tobias Marconde inicia a sua fala agradecendo aos servidores da SMAC, e dizendo que muitas vezes que os moradores de Jacarepaguá não veem o carinho empregado pela equipe na elaboração do estudo técnico e que é bom ver o poder público empenhado em proteger essa região. Tobias disse que a Associação de Moradores da Freguesia sempre pensou em um Parque para a região do Quitite, na vertente oeste do Maciço da Tijuca, porque é uma região que tem uma vocação cênica, de lazer, etc. Ele chamou atenção também para o fato da área do REVIS ser muito extensa e diversa, e pergunta porque essa área possui somente uma categoria. E pede explicações também sobre a escolha da categoria do PNM.

Vladimir, resposta à pergunta de Isabelle de Loys, explicou que o Estado do Rio de Janeiro trabalha com outro instrumento de proteção de margem de rio que é a Faixa Marginal de Proteção, que utiliza critérios diferentes da Área de Proteção Permanente do Código Florestal, e a SMAC, no âmbito do Subcomitê de Jacarepaguá, já sinalizou ao INEA que a SMAC poderia dar um apoio técnico para fazer a revisão do Projeto de Alinhamento de Orla do Estado, mas no estudo técnico foi considerado o Código Florestal, utilizando a faixa de 30 metros a partir da margem das lagoas. Vladimir complementou que a Lei do SNUC vai exigir da prefeitura apoio para a gestão das unidades, sendo que cada uma deles deve possuir um gestor, um Plano de Manejo, etc., sendo assim, se a área do REVIS fosse repartida em outras unidades, teriam que ser elaborados mais Planos de Manejo, mais conselhos gestores, ou seja, um esforço maior deveria ser empregado. Contudo, Vladimir destacou que é importante saber como funciona o zoneamento de uma Unidade de Conservação, definido no Plano de Manejo, que possui a diferenciação das áreas, perguntada pelo Tobias em relação ao REVIS. Ou seja, a particularização das áreas feita pelo zoneamento é um recurso melhor do que criar várias UCs.

Em seguida, aconteceu a manifestação de Emanuel Alencar, que começou falando que a Baixada de Jacarepaguá é um território em disputa e deu dois exemplos disso: um deles é o da área do entorno do Aeroporto de Jacarepaguá que está sofrendo intervenção com a autorização do INEA e que isso é um absurdo; o outro é de um megaempreendimento, quase um novo bairro, também sendo licenciado pelo INEA, na área da antiga Fazenda do Pasquale Mauro. Ou seja, são questões que devem ser mais bem debatidas com a sociedade civil, que deve decidir qual cidade quer, diante do cenário de mudança climática. Segundo Emanuel, devemos todos estar atentos a esses movimentos de especulação imobiliária e de processos que vão na contramão do Plano Diretor que não fazem sentido diante de um cenário de emergência climática. Emanuel encerrou a sua fala dizendo que a proposta do Corredor Azul é uma mensagem de esperança, quando o livro de Magalhães Correa “O Sertão Carioca” comemora 80 anos, que é fundamental nessa região e só vai funcionar com pressão popular.

Seguindo a ordem das manifestações, foi passada a palavra para a Elizabeth Bezerra que chamou a atenção para algumas questões: o fato da Lagoinha ser um corredor ecológico, interligado pelo Canal de Marapendi, que foi interrompido; sobre as sedes administrativas das UCs, que não basta ser sede, mas sim um centro de pesquisa arqueológica, de fauna, de flora; sobre sítios arqueológicos, salientou que existe um sítio na região do Camorim que está sendo ocupado. Além disso, protestou dizendo que não dá para ficar pensando em adensamento e especulação imobiliária nessas áreas e que é hora de darmos um basta nisso. Ao final, Elizabeth propôs a delimitação de ocupação, que não seja só para comunidades, mas também para os condomínios de alto padrão, e que esse adensamento vai impactar toda a cidade do Rio de Janeiro.

O próximo com a palavra foi o Jayme Tavares, representante do mandato da vereadora Maíra do MST, que parabenizou não só a equipe técnica pelo estudo, mas também os membros da Associação de Moradores da Freguesia. Disse que a vereadora Maíra está à disposição da Associação de moradores, de toda a comunidade e mais uma vez parabenizou a todos da SMAC e à Secretária Tainá de Paula.

Dando prosseguimento, foi a vez de Cristina Portella, integrante do Conselho Gestor do Bosque da Barra, que começou agradecendo à equipe pelo estudo e aos moradores de Jacarepaguá ali presentes, e perguntou se tem alguma forma de fazer o corredor do Bosque da Barra até a Lagoa, porque, segundo ela existe uma ameaça do aeroporto derrubar 22 hectares de mata. Cristina comentou que antes se tornar moradora da Barra, não tinha dimensão da riqueza ambiental da área de estudo, disse que direcionou o seu trabalho de pós-graduação para mostrar como é importante a divulgação científica para que as pessoas conheçam a área e a valorizem. Falou também que o estudo da SMAC trouxe outro tipo de valor mais subjetivo, além da questão da proteção, mostrando o quanto a área é rica e importante para a cidade como um todo e para que olhemos para a região de outra forma, porque para a grande parte das pessoas que não moram na região, acham que a Barra da Tijuca é somente shopping, prédios de condomínio e praia, assim, quando entendemos essa riqueza ajudamos a dar valor a esse território.

Vladimir explicou que a área no entorno do Aeroporto de Jacarepaguá está no radar do planejamento, que já havia apresentado uma proposta de ampliação do PNM Bosque da Barra para o conselho, que atualmente existe um processo aberto, e que entende que esse desejo de ampliação tem que vir pela própria gestão da unidade, do conselho, mas que de toda forma essa área está incluída nas discussões da equipe para fazer estudo técnico.

O próximo a falar foi Mario Moscatelli, que começou parabenizando o Vladimir e toda a equipe. Disse que gostaria de encaminhar uma solicitação diretamente à Subsecretária, que estava presente, porque nos últimos dias ele foi impedido de trabalhar por conta dos tiroteios generalizados na região do Sistema Lagunar, disse também que na região existe caça, o tempo passa e os processos de degradação não cessam. Em dois anos foram removidas 300 toneladas de resíduos só da Lagoa do Camorim, destacando que há ocorrências de corte de vegetação realizados por pescadores de final de semana no Parque Olímpico, e há alguns meses ele recebeu foto de uma embarcação da prefeitura que fazia fiscalização no espelho d'água; deste modo, solicitou fiscalização. Disse que para além de criarmos Unidades de Conservação é preciso da presença do poder público municipal na região, e que tem feito contato com o presidente do INEA para solicitar a presença também do Batalhão Florestal. Por fim, disse que, enquanto todo o processo consultivo e participativo acontece na criação de uma unidade, toneladas de resíduos são depositados, a caça continua e a gente não tem como agir.

Vladimir, com a palavra, disse que cobra da equipe que a gente precisa ser mais rápido que o processo de ocupação da cidade que é acelerado, e que, de fato, deve haver fiscalização e que a proteção não para na criação da unidade, tampouco na formação do conselho, nem adianta somente possuir gestor. Vladimir salientou que quanto maiores as possibilidades de captar recursos maiores as chances de ter mais pessoas envolvidas com esse trabalho, ampliando a capacidade de gestão.

O próximo a falar foi Sidney Teixeira, membro da Associação de Moradores da Freguesia que agradeceu aos técnicos da prefeitura e à Secretária pelo acolhimento da demanda. Sidney apontou importância de incluir a área úmida ao lado de Rio das Pedras e levantou um questionamento sobre a conexão das áreas das unidades propostas, se seria possível criar

passagens para fauna por cima de ruas que cortam as unidades, para que a fauna possa ter um fluxo de passagem.

Em resposta, Vladimir disse que a equipe corre contra o relógio, que estamos perdendo área úmida para construção de prédios, e a equipe corre para proteger as áreas que podem. E salientou que a partir da proposta de criação das unidades, pode haver esforços para ampliação para tentar aumentar a conectividade. Essa conexão entre as áreas também pode ser projetada pelo Plano de Manejo, que é possível e válido.

A seguir Verônica Beck, da Associação dos Moradores da Freguesia, começou respondendo uma dúvida anterior de Isabelle De Loys sobre a formalização do pedido de ampliação do Parque Nacional da Tijuca para a vertente oeste do Maciço da Tijuca, explicando que em 2018 a Associação de Moradores da Freguesia foi ao Conselho Gestor do PNT para questionar o porquê o PNT ainda não havia sido ampliado, contudo, segundo ela, não houve resposta oficial do ICMBio. Verônica então perguntou a Vladimir sobre o MONA, comentando que no governo do ex-prefeito Marcelo Crivella houve solicitação de licenciamento para construção de 15 prédios de 18 andares no entorno da Pedra da Panela, e esse projeto de licenciamento ainda não foi cancelado na gestão Eduardo Paes. Segundo ela, o projeto está parado porque está sendo analisado no Ministério Público. Verônica externalizou sua preocupação e questionou se a criação do MONA vai ser suficiente para barrar esse projeto de licenciamento. Outra questão que ela levantou foi sobre o REVIS, perguntou se no REVIS poderia ser colocada uma portaria para controlar a entrada e saída das pessoas nas cachoeiras, porque, segundo ela, existem casos de pessoas saindo de lá com pássaros em gaiolas, pessoas que cortam árvores para pegar sol nas cachoeiras, por exemplo. Ao final parabenizou mais uma vez a equipe pelo estudo.

Vladimir respondeu que nem todos os lugares conseguem ser fechados para acesso público, mas a partir da criação e da implementação da gestão da UC, é possível colocar um Guarda para fiscalização, por exemplo. Sobre o MONA, Vladimir explicou que a área do entorno do tombamento da Pedra da Panela, está incluída na proposta do MONA. Vladimir explicou que a equipe teve um olhar técnico, ambiental, cuidadoso para a construção dessa proposta para que ela ficasse factível. Após a consulta, o desenrolar do processo deve ser acompanhado por todos, tanto a equipe acompanhando internamente, quanto a sociedade civil acompanhando externamente.

Seguindo com as manifestações, foi a vez de Morvan Nobre que iniciou sua fala parabenizando a equipe pelo estudo e questionou sobre a APA, que é uma área composta por faixa marginal de proteção e pelo espelho d'água, ou seja, áreas que já possuem restrições de uso, perguntou se a proposta não poderia ser mais ousada e incluir outras áreas, já que a própria categoria de APA não restringe tanto o uso público. Outra questão levantada por Morvan diz respeito ao cronograma, perguntou se o mesmo se encerra dentro do governo atual.

Em resposta sobre o cronograma, Vladimir disse que, eventualmente, com uma mudança de governo, os trâmites podem ser interrompidos. Salientou que a equipe está se esforçando para que tudo chegue o mais rápido possível pelo menos para a Secretária, e que depois disso, a equipe GPPA não tem mais controle sobre a velocidade dos trâmites. Mas disse que toda a Secretaria está junto com a sociedade civil para que as Unidades sejam criadas o mais rápido possível. Sobre a proposta da APA, Vladimir explicou que a proposta do Corredor Azul já se apresenta como uma proposta ousada, pois não é fácil apresentar uma proposta de 4 Unidades de Conservação no Sistema Lagunar de Jacarepaguá, que juntas somam mais de 2 mil hectares. Vladimir destacou que foram muitos os desafios superados no caminho até a consulta pública. Sobre ir além da FMP de 30 metros, Vladimir exemplificou outra experiência com a proposta da

Unidade das Vargens que sugeria faixa de proteção de 100 metros ampliando para a área urbanizada, e a proposta não avançou. Sendo assim, Vladimir explicou que para evitar isso, a APA considerou a faixa de proteção de 30 metros, e salientou novamente que, uma vez criada a APA, com seu conselho formado, nada impede que sejam feitas propostas de ampliação. Vladimir destacou que as pessoas têm uma ideia errônea de que se sua propriedade está inserida numa APA, isso significaria ser desapropriada, o que não é verdade. A APA permite ocupação.

O próximo com a fala, foi Marcelo Andrade, servidor da SMAC, começou elogiando o trabalho da equipe, e disse que esse trabalho apresentado só corrobora com a questão da valorização do serviço público, pela qualidade dos técnicos em geral e destacou que isso não é exceção e sim a regra. Marcelo destacou a fala de Mario Moscatelli, que pediu mais fiscalização na área das lagoas, dizendo que se hoje não há uma fiscalização maior é porque faltam servidores, que existem somente duas equipes de fiscalização para tomar conta da cidade inteira, e isso é muito pouco. Mas destacou que essa realidade desmistifica a falácia de que o serviço público está inchado, ao contrário, estão faltando servidores. Marcelo, falou também como representante do Mosaico Carioca, que apoia e está muito feliz pela proposta apresentada. Explicou que o termo mosaico está previsto no Art. 26 do SNUC que regulamenta, caso exista um conjunto de unidades de conservação, próximas, justapostas ou sobrepostas, de várias esferas de governo, a gestão deverá feita de forma integrada e participativa. Segundo ele, essas unidades propostas podem vir a ser incluídas no Mosaico Carioca posteriormente, e destacou a importância da criação dessas unidades para a proteção dos remanescentes de Mata Atlântica, visto que, três delas abrangem áreas planas que são as mais visadas pela especulação imobiliária para ocupação humana. Marcelo parabenizou a SMAC pela iniciativa, dando liberdade aos técnicos para trabalharem e também parabenizou a sociedade civil, o Movimento Floresta em Pé pela mobilização, e se colocou à disposição, como Mosaico Carioca, para a integração com o PNT ou outras áreas protegidas. Por fim, disse que a criação das Unidades de Conservação é o primeiro passo e fez um apelo para a SMAC não perder o fôlego para os passos seguintes de implementação e gestão.

Vladimir comentou que certamente, uma vez criadas, as unidades vão ser integradas ao Mosaico Carioca.

A última pessoa a se manifestar foi Arcanjo Silva, que se apresentou como morador de Vargem Grande há 29 anos, elogiou o trabalho técnico, parabenizou o estudo e denunciou que a região das Vargens é uma região muito visada para construções, e que fez rondas de bicicleta, de 2020 a 2025, e identificou visualmente 15 condomínios de médio e grande porte que estão sendo construídos e que o desmatamento na região é assustador. Disse que Vargem Grande clama por mais fiscalização, entendendo que as construtoras possuem muito poder, mas a sociedade civil deve cobrar providências. Finalizou dizendo que gostaria de ter um bairro mais verde para a filha e gerações futuras.

Vladimir, em resposta, destacou que é importante chamar a atenção para a questão do desmatamento durante a implementação da gestão das unidades e que não adianta somente criar, devemos também trabalhar para proteger.

Em seguida, **Vladimir perguntou se todos estavam de acordo com a proposta, e como todos se manifestaram a favor, disse que a equipe vai seguir o caminho para a criação das Unidades de Conservação**, agradeceu pelas manifestações e por todo o apoio da sociedade civil. Por fim, chamou Márcia Giannini para ler um trecho da visão do arquiteto e urbanista Lúcio Costa que destacava e elogiava a beleza da paisagem da Pedra da Panela e das penínsulas inseridas nas Lagoas da Baixada de Jacarepaguá e que, já naquela época, entendia que esta área deveria

sempre exigir, por parte dos responsáveis pela urbanização, zelo e cuidado maiores na legislação a seu respeito. Ao final da consulta pública, dois Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro foram sorteados entre os presentes. Em seguida a consulta pública foi encerrada.

A Ata da Consulta Pública foi elaborada pela equipe da Gerência de Planejamento e Proteção Ambiental.

4. FOTOS

Abertura da Audiência Pública com a introdução feita pela Secretária Taina de Paula, gerente Vladimir Fernandes, representante do Movimento “Floresta Em Pé – Jacarepaguá” Sidney Teixeira e representante do Movimento “Despoluição do Canal das Taxas” Antônio Mello.



Gestora do Parque Renata Rocha

Apresentação de Vladimir Fernandes



Apresentação de Vladimir Fernandes



Apresentação de Felipe Noronha



Apresentação de Iva Coppedè



Plateia participante da audiência



Participante Rhian Medeiros



Apresentação de Marcia Giannini



Plateia participante da audiência



Participante Sonia Peixoto



Participante Roberto Rocha



Participante Vera Chevalier



Participante Isabele De Loys



Participante Juliana Fernandes



Participante Tobias Marconde



Participante Emanuel Alencar



Participante Elisabeth Bezerra



Participante Jayme Tavares



Participante Cristina Portela



Participante Mario Moscatelli



Participante Sidney Teixeira



Participante Verônica Beck



Participante Morvan Nobre



Participante Marcelo Andrade (SMAC)



Participante Arcanjo Silva



Plateia participante da audiência



Entrega de livros sorteados como brindes



Foto de participantes da audiência



Foto de participantes da audiência



Mapa com a proposta de UC para o Corredor Azul, exposto na entrada do auditório



Área externa – “Coffee break”



Equipe da GPPA com a subsecretária Livia Galdino



5. LISTA DE PRESENÇA

LISTA DE PRESENÇA NA CONSULTA PÚBLICA REALIZADA DIA 9 DE AGOSTO DE 2025.

Consulta pública para criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá - Corredor Azul – 16/08/25 – 10hs PNM Marapendi

Nº	Nome completo	E-mail	Rubrica
1	Acácio Luis Queiroz Fernandes	acacioqfernandes@hotmail.com	x
2	Alexandra Gonzalez	contato@casadeculturajpa.com.br	
3	Amanda Cabral	amandacabral@carvalhohosken.com.br	
4	Andie Marques	andiemarquess@gmail.com	
5	André Moreira da Silva	Andrems001@gmail.com	
6	Aristides Martins da Cunha	aristides.cunha@gmail.com	*
7	Beatriz Elisa Ferro Siqueira	beatrizferrosiqueira@yahoo.com.br	*
8	Bernardo Lucas de Oliveira	Bernardo_oliveira@outlook.com	
9	Beth Costa	beth.v.costa@gmail.com	
10	Bianca Fernandes da Silva	Bianca1fernandes@hotmail.com	
11	Breno Almeida De Miranda Santos	brenoalmeidams10@gmail.com	
12	Carlos Augusto Ramos de Barros	carb.jpa@gmail.com	x
13	Cátia Raquel de Oliveira Bizarro	catuscaraquel.bizarro@gmail.com	
14	Celmar Souza Lopes	Celmarssl@gmail.com	
15	Cida Feitosa	mariaapf2x@yahoo.com.br	
16	Clovis Mauricio Alves Pfaltzgraff	clovis.pfaltzgraff@gmail.com	
17	Cristiane Novaes	ccarqueijo@gmail.com	
18	Cristina Moore Portella	nomeuquintaltemumalagoa@gmail.com	x
19	Daniela Costa	luquett@gmail.com	x
20	Danielle Rodrigues	daniellerodrigues@carvalhohosken.com.br	
21	Davi Martins e Martins	davim72@gmail.com	
22	Dayana Brandão da Silva	dayanabrgam@gmail.com	
23	Diego Martins Gonçalves	diegogoncalves@carvalhohosken.com.br	
24	Eder Rodrigues de Souza	ederrodriguessouza@gmail.com	x
25	Elizabeth Alves Bezerra	aloebethbezerra@gmail.com	x
26	Emanuel Alencar	emanuel.ambiente@gmail.com	x
27	Estela Maria de Oliveira	deoliveira.estelamaria@gmail.com	x
28	Fabio Callipo Pereira Gomes	fcallipopg@gmail.com	
29	Fábio Francisco da Silva	fabiotruck1@hotmail.com	
30	Gabriel Finotti dos Reis Nunes	gabrielfrnunes@gmail.com	x
31	Guilherme Martins Alves	guilherme_ma@yahoo.com.br	
32	Guy Catramby Maciel	guycatram@uol.com.br	
33	Helcio de Santana Jordão Júnior	Helcio.jordaojr@gmail.com	x
34	Isabelle de Loys	Idelays@gmail.com	*
35	Isis bruna Vieira de Souza	isisbrunavieira@gmail.com	x
36	Jacqueline Guerreiro Aguiar	aguiarguerreirojac@gmail.com	
37	Jade Luisa Machado de Souza	jade8machado@gmail.com	
38	Jayme Tavares Ferreira Filho	tavaresjayme@hotmail.com	x
39	Joaocarlosg2@hotmail.com	Joaocarlosg2@hotmail.com	
40	Jorge Conti Loffredo Lopes	jorgecontill@gmail.com	

41	Juliana Fernandes Botelho dos Santos	Juliana.fernandes95@outlook.com	* Juliana Fernandes
42	Juliana Vasconcellos Baptista	juliana@saberes.org	* Juliana Vasconcellos
43	Julio Cesar Parahyba	jc.parahyba@gmail.com	
44	Karolina Dunai Oliveira	karoldunai@gmail.com	* K D
45	Lays Maria de Souza e Conceição	lays.maria@hotmail.com	* Lays
46	Lelio Augusto de Campos Araujo	lcamposaraujo@gmail.com	
47	Luan Carneiro Lino	luuan.liino@gmail.com	
48	Lucas Ferreira	boldolucas@gmail.com	
49	Luis Felipe Fontoura Calil	lffcalil@gmail.com	* LFC
50	Luiz Felipe Xavier de Brito	lfbadv@gmail.com	* LFB
51	Luiza de Cassia Alves de Souza	luizadcgranger@gmail.com	
52	Marcello Cruz Tavares da Cunha Mello	o-biologo@hotmail.com	* Marcello
53	Marcelo Barros de Andrade	mosaico.carioca@gmail.com	* MSA
54	Marcelo Parreira Calvano	mpcalvano@gmail.com	* MPA
55	Marcelo Sperle Dias	msperle@gmail.com	
56	Marcos Carvalho Bernardes Junior	mcbjx8@gmail.com	
57	Marcus Roberto Siciliano	marcursiciliano@gmail.com	
58	Maria Cristina Ramos de Barros	crisbarros_rj@yahoo.com.br	* MCR
59	Maria das Gracas Oliveira Silva	mgo.oliv@gmail.com	* MGS
60	Maria del Carmen Santiago Lopez	mariadel1951@gmail.com	* MCL
61	Mariana Ferro Siqueira	marianaferrosiqueira@gmail.com	* MFS
62	Mario Moscatelli	mangue@domain.com.br	* MMS
63	Mauricio José Gonçalves	mauriciojog@gmail.com	* MJG
64	Maurith José de Moraes	maurithmoraes@gmail.com	* MJM
65	Merilaine de Oliveira Macêdo	meripuri.om@gmail.com	
66	Mônica Paranhos Coelho	monicaparanhos42@gmail.com	
67	Morvan Barreto Nobre	morvanobre@gmail.com	* MNB
68	Murillo Peixoto de Sant'Anna Junior	murillopeixoto@gmail.com	* MPP
69	Nefhar Rocha dos Santos	nefharbelasartes@gmail.com	* NRS
70	Patricia nunez bastos de souza	Patriciaveterinaria@gmail.com	
71	Patrícia Silveira Machado	Patricia.s.machado1971@gmail.com	* PSM
72	Paula Barreiro Mazzoni Buchas	paulabmazzoni@yahoo.com.br	
73	Pedro Henrique Landeiro Thomaz	landeiopetro@gmail.com	
74	Renata Gonçalves Alves	renataavillaca@gmail.com	* RGA
75	Renato Silva de Carvalho	renato54.carvalho@gmail.com	* RSC
76	Roberto Rocha	robertobastosrocha@yahoo.com.br	
77	Rodrigo Fernão da Costa Bertoli	rodrigo.bertoli@outlook.com	
78	Rosana Maia Junqueira	bosque da barra.2023@gmail.com	
79	Rosângela	ro.rs@hotmail.com	
80	Roseane Assis Martins	roseanexadrez@gmail.com	
81	Sandra Campos Beltrão	sandracbeltrao@gmail.com	
82	Selma Cristina Brusasco	selmabrusasco@gmail.com@gmail.com	* SCB
83	Seny Felix Giannini	senygiannini@gmail.com	
84	Sidney de Almeida Teixeira Junior	sateixeirajr@gmail.com	* SAT

85	Silvana Cristina da Silva Reis	silvana.cristina1612@gmail.com	
86	Sônia Lúcia Peixoto	soniapeixoto@terra.com.br	
87	Sueli Onofre de Oliveira	brechodaonofre@gmail.com	
88	Suely Portes pereira	suelyportes@gmail.com	
89	Tatiana Silva Pereira	anaitat1964@gmail.com	
90	Thiago Afonso Santi Rossi	throssi@gmail.com	
91	Tobias Marconde de Carvalho Gomes	tobiasmarconde@gmail.com	
92	Valéria de Almeida Grynberg	vgrynberg@gmail.com	
93	Vamos votar pela proteção dessas áreas de conservação	Lonpes@gmail.com	
94	Vânia Lucia Bastos	vaniabastosmarins@hotmail.com	
95	Vera M R Chevalier	vera.chevalier@gmail.com	
96	Veronica Beck	veronicabeck.adv@terra.com.br	
97	Victor Bernardo Ciolac de Fraga	victor.bcfraga@gmail.com	
98	Vilma Poitini	vilmapoitini@gmail.com	
99	Vinicius Luiz dos Santos Lopes	Vinicius_lopez@hotmail.com	
100	Vitor Granja Nascimento	Vitorgranja91@gmail.com	
101	Viviane Alves Braga	vbraga2323@gmail.com	
102	Wilson dos Santos	wilson.bra@gmail.com	
103	Zelia Pimentel Andrade	zeliaandradere@gmail.com	

Consulta pública para criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá - Corredor Azul - 16/08/25 - 10hs

PNM Marapendi

Nº	Nome	Email	Telefone	Como você se identifica*	Rubrica
104	1	Antonia de Maria de Aguiar	marianaguia1992@outlook.com	Estudante	
105	2	PRISCILA MARQUES COELHO	priscilamarques17@hotmail.com	CEA - SMAC	
106	3	ANA OLÍMPIA F. W. de Lima	anaolimpiag6@gmail.com	ouvinte	
107	4	ELIZABETH RAMOS PEREIRA	eperes_13@hotmail.com	ouvinte	
108	5	ANTONIO NIELO	ANTONIO.NIELO@GMAIL.COM	MOVIMENTO DO CANAL DA TAPAJÓ	
109	6	Rhuan Vieira	rhuanm20@gmail.com	estudante	
110	7	JOANA LUZ GAMA	joanaluzgama@yahoo.com.br	OUVINTE	
111	8	CAROLINA T. MOSCATELLI	moscatelli.carol@gmail.com	ouvinte	
112	9	Evandro B. Coelho Junior	evandro.b.coelho@gmail.com	OUVINTE	
113	10	CAIUS CUNHA	C.H.R.D.C.77@GMAIL.COM	OUVINTE	
114	11	Gabrielle Ignácio de Oliveira	gabrielleoliveira193@gmail.com	CEA SMAC	
115	12	Patrick Eduardo de S. S.	patrick12@gmail.com	OUVINTE	
116	13	JEFERSON V. R. de S. R.	jefersonv@outlook.com	SMAC / GUC	
117	14	ANTONIO LUIZ SOARES BRAS	tonibras@hotmail.com	OUVINTE	
118	15	Elisabeth Villalba de Costa	belh.v.costa@gmail.com	Ecos de Marapendi	
119	16	Guilherme da Silva Araújo	guilhermesantoni@gmail.com	ouvinte	
120	17	IVANIL COSTA SOUZA	ivanilcosta@gmail.com	ouvinte - moradores locais	
121	18	LUIS CARLOS LIMA			
122	19				
123	20				
124	21				
125	22				
126	23				
127	24				
128	25				

* Como você se identifica:

Associação de moradores; Morador; Órgão público - SMAC; Órgão público; Setor empresarial; Pesquisador; Movimento social; Estudante; Coletivos; Proprietário de terra; Outros.

Equipe SMAC de apoio na Consulta Pública, sem assinatura nas listas de presença:

1	SMAC - Gerente de Planejamento e Proteção Ambiental	Vladimir Fernandes
2	SMAC – GPPA	Felipe Noronha
3	SMAC – GPPA	Iva Coppedè
4	SMAC – GPPA	Marcia Giannini
5	SMAC - GPPA	Caroline Rosa M. de Araujo
6	SMAC - GPPA	Guilherme Requiell
7	SMAC	Jeferson Bravim
8	SMAC - GUC	Sérgio Ricardo Azevedo
9	SMAC – GOP/ Gestora do PNM Marapendi e da APA Marapendi e Presidente do Conselho do Mosaico Marapendi	Renata Rocha
10	SMAC – Centro de Educação Ambiental	Priscila Marques Coelho
11	SMAC – Centro de Educação Ambiental	Gabrielle Ignácio de Oliveira
12	SMAC – apoio Gabinete	Gisele Silva

6. CONCLUSÃO

O Passo 7 para criação de Unidades de Conservação, em atendimento à legislação (Lei 9985/2000 – SNUC) consistiu na Consulta Pública, que aconteceu no dia 16/08/2025 durante a manhã, no auditório do PNM Marapendi, após convocação publicada no Diário Oficial no dia 01/08/2025.

Em conclusão, os presentes na fase de Consulta Pública concordaram com as categorias e os limites das Unidades de Conservação propostas no estudo técnico:

- A criação de Monumento Natural abrangendo a Pedra da Panela;
- A criação de Refúgio de Vida Silvestre na vertente oeste do Maciço da Tijuca;
- A criação de Parque Natural Municipal no entorno da Lagoa do Camorim e
- A criação da Área de Proteção Ambiental abrangendo o espelho d'água e margens Sistema Lagunar.